

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.945 - SP (2019/0300514-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABRIELA GALETTI PIMENTA - SP310845
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANILO CARNEIRO GOMES DE LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DANILO CARNEIRO GOMES DE LIMA no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas de 17 anos e 6 meses de reclusão, como incurso no art. 159, §1º, c/c o art. 29, *caput*, e de 1 ano, 5 meses e 15 dias de reclusão, no regime inicial aberto, como incurso no art. 288, parágrafo único, todos do Código Penal.

Irresignados, tanto a defesa quanto a acusação interpuseram recurso de apelação, provido parcialmente o da acusação para majorar a pena para "22 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial, fechado, e 13 dias-multa, bem como 1 ano, 5 meses e 15 dias de reclusão, em regime aberto, substituída por duas restritivas de direitos. A condenação foi pelos artigos 159, §1º, por duas vezes, c.c. art. 29, na forma do art. 70, art. 157, §2º, I, II e V, c.c. art. 29, e art. 288, p.u. todos do Código Penal" (e-STJ fl. 4).

Na presente impetração, a defesa assere que o paciente "foi condenado duas vezes por restringir a liberdade das vítimas e exercer sobre elas violência ou grave ameaça, com finalidade patrimonial" (e-STJ fl. 5), bem como que, "caso seja afastada a argumentação acima, ao menos deve-se reconhecer que, sendo único o contexto, assim como sendo única a privação de liberdade, o emprego de arma e a violência ou grave ameaça, não há concurso material entre os delitos de roubo e extorsão mediante sequestro" (e-STJ fl. 6).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em

Superior Tribunal de Justiça

habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator